

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NAS EMERGÊNCIAS E DESASTRES

Liamar Cristina de Farias
Rossmeyri Thaís Scheffel¹
Júlio Schruber Junior²

RESUMO: O presente artigo discorre sobre as emergências e desastres. Citar-se-ão as definições sobre a Defesa Civil, ressaltando a hierarquia dos órgãos integrantes a nível nacional, também serão apresentados conceitos sobre desastres bem como a inserção da Psicologia desde o primeiro registro do procedimento histórico desta no Brasil. O foco do trabalho está na atuação do psicólogo, nas diversas áreas que compõe a situação de risco, dentre elas a prevenção, preparação, resposta e reconstrução.

Palavras-chave: Desastres, Psicologia, Emergências, Defesa Civil.

ROLE OF THE PSYCHOLOGIST IN EMERGENCIES AND DISASTERS

ABSTRACT: This article discusses the emergencies and disasters. Quote will be the settings on the Civil Defense, noting the hierarchy of agencies comprising the national level, will also be presented concepts of disaster as well as the introduction of Psychology from the first record of the history of this procedure in Brazil. The focus of the work is the work of the psychologist in the various areas that make up the risk, among them the prevention, preparedness, response and reconstruction.

Keywords: Disasters, Psychology, Emergencies, Civil Defense

¹ Acadêmicas do 5º ano matutino do curso de Psicologia da Faculdade Guilherme Guimbala- FGG, Joinville/SC

² Orientador Professor do Artigo de Conclusão de Curso, Mestre em Gestão do Conhecimento (UFSC)

INTRODUÇÃO

A Psicologia é uma profissão que vem se desenvolvendo e construindo sua história junto à sociedade e, com isso, conquistando seu lugar. Atualmente, as mudanças climáticas têm ocorrido a nível mundial, onde os desastres naturais e os causados pelo homem têm crescido consideravelmente nos últimos tempos, demonstrando a grande relevância do tema, não somente para profissionais, mas também para a sociedade.

Carvalho (2009, p. 2) assegura que “em virtude disto considera-se relevante historiar o quanto a produção científica sobre o tema evoluiu nacionalmente e regionalmente”, então se procurou compreender a posição na qual a profissão se encontra frente ao tema, assim como quais os ambientes prioritários e as possíveis condutas de intervenção frente aos eventos (CARVALHO, 2009). Para Bruck (2009, p. 6) sua inserção neste campo ocorre pois o assunto é “atual, de relevância social e científica e, por consequência, envolve a questão dos primeiros auxílios psicológicos”.

“A Psicologia brasileira [...] vem buscando espaços para contribuir na política pública de Defesa Civil [...]” (VERONA, 2011, p. 5). Então Bruck (2009, p. 10) declara que “a Psicologia das emergências postula, em primeiro lugar, a emergência do humano”, ou seja, as prioridades que devem ser acolhidas são concernentes as manifestações dos indivíduos, para que assim depois do primeiro auxílio, este consiga enfrentar o evento e as conseqüências decorrentes. Oliveira (2008), em uma palestra afirmou que há atuação do psicólogo onde há sofrimento psíquico, deste modo a Psicologia carece estar presente nesta temática, pois há importância em se advertir a redução dos efeitos desastrosos para a população. Pensando a nível nacional, quanto à atuação do psicólogo, buscou-se entender qual seria, frente a estes eventos, a ação deste junto à Defesa Civil, uma vez que a sua atuação na comunidade faz com que esta se sinta mais segura (COELHO, 2010).

Para a composição do presente artigo, realizou-se uma revisão bibliográfica, pautada em livros, entrevistas publicadas, artigos científicos, documentos publicados pelos órgãos oficiais do Brasil e divulgações dos Conselhos Regionais e Federal de Psicologia.

Com o intuito de explanar e aprofundar os conhecimentos, buscou-se entendimento sobre as situações na qual o profissional se depararia frente as situações emergenciais e sua possível forma de atuação.

Desta forma, o objetivo do artigo está baseado na atuação do psicólogo no cenário de emergência e desastre, mais especificamente no fato de averiguar sua atuação como parte integrante da equipe da Defesa Civil, esclarecendo seu desempenho profissional na situação de risco, ou seja, inserido na prevenção, preparação, resposta e reconstrução.

2 EMERGÊNCIAS E DESASTRES

Episódios inesperados fazem parte da história humana, assim como da sociedade mundial, e acabam atingindo a todos, em maior ou menor grau, variando a maneira de como as pessoas reagem e quais os efeitos perante estes eventos (BRUCK, 2007). Segundo o Conselho Regional de Psicologia do Paraná (CRP-08) (2009, p. 16) “calcula-se que para cada afetado por um desastre, há, no mínimo, quatro traumatizados psicologicamente. Essas pessoas vão necessitar de assistência profissional”. Desta forma, Freitas (2010, p. 2) subentende por desastres como algo “muito mais que apenas um acontecimento produzido pela natureza”.

Dentro deste contexto, é necessário que sejam explanados os conceitos de emergências e desastres, bem como suas conseqüências e possíveis danos.

Assim, hoje se entende emergência como uma situação crítica, acontecimento perigoso ou fortuito, incidente, casos de urgência, atendimento rápido a uma ocorrência, ou seja, como uma situação que exige providências imediatas e inadiáveis (BRUCK, 2009).

A Psicologia das emergências estuda o comportamento das pessoas nos incidentes críticos, acidentes e desastres, desde uma ação preventiva até o pós-trauma e, se for o caso, subsidia intervenções de compreensão, apoio e superação do trauma psicológico às vítimas e aos profissionais. O assunto se estende as questões que vão da experiência pessoal do estresse pós-traumático aos eventos adversos provocados por calamidades, sejam naturais e/ou provocadas pelo homem na sociedade (BRUCK, 2009, p. 8).

Para Sorokin, citado por Valêncio (2011), quando se trata de desastres, em primeiro lugar deve-se entendê-lo como crise, em ocorrência num tempo social, ou seja, não somente no cronológico. Segundo Franco (2005), crise seria a interrupção de um estado “normal” de funcionamento, que resulta em inconstância e expressivo desequilíbrio no sistema, familiares e comunidade, onde todos são afetados, independente de estarem associados ou não ao evento. “O imprevisível incomoda, desequilibra e silencia a onipotência de todo ser humano” (BRUCK, 2009, p. 4).

Para Valêncio (2006) o conceito de vulnerabilidade pode definir uma probabilidade de um grupo social sofrer prejuízos, sendo pela carência das estratégias de prevenção, preparação, resposta ou recuperação diante de uma situação ameaçadora. Guimarães (2008) confirma o conceito acima, alegando que quando ocorre o desastre é porque existe uma população vulnerável.

Desastres são acontecimentos sociais multifacetados cuja importância, numa ponta, se nutre da vulnerabilidade social precedente espelhada no espaço; noutra, alimenta essa vulnerabilidade ao incrementar o rol de que são afetados por forças hostis e não contam com condições dignas de reabilitação ou recuperação (VALÊNCIO, 2011, p. 4).

Reforçando isto, Gilbert, citado por Marchezini (2011), assegura que os distintos conceitos sobre desastres poderiam ser agrupados em três principais modelos, onde poderá ser destacado dois: desastre como um agente externo ameaçador e o desastre como expressão social da vulnerabilidade.

O primeiro paradigma tende a conceber o desastre como um agente externo que causa impactos sobre as comunidades humanas e estas tendem a responder a esta “agressão”. A emergência desse paradigma influenciou a compreensão dos agentes externos como causando impactos à organização social. [...] Dessa forma, os fatores sociais e econômicos são colocados numa posição dependente. [...] Alves e Torres (2006) consideram que a noção de vulnerabilidade é definida como uma situação em que estão presentes três componentes: exposição ao risco, incapacidade de reação e dificuldade de adaptação diante da concretização do risco. Os autores declaram que, dentro de uma perspectiva sociológica, emergiu, nos últimos anos, a noção de vulnerabilidade social, procurando focar a análise em relação a indivíduos, famílias ou grupos sociais. Já numa perspectiva da geografia física e dos estudos sobre riscos e desastres naturais, enfatizou-

se a discussão da *vulnerabilidade ambiental* em termos territoriais (MARCHEZINI, 2011, p. 2-3).

Os desastres podem ser conceituados como episódios que afetam a população, ocasionando prejuízos, avarias e paralisações transitórias. Diante dos danos, estes podem ser materiais, quando há prejuízo na infraestrutura, perda de bens e suspensão de serviços básicos; ou imateriais, quando se trata de mortes, desestruturação social das comunidades afetadas, bem como alterações físicas e emocionais dos envolvidos (GONÇALVES, 2010).

A calamidade que assola uma comunidade distante pode reverter em danos diretos e indiretos a nossa rotina, uma vez em que afete nossos vínculos sociais e econômicos. A dispersão, os membros da família e amigos em diferentes cidades, estados e países, bem como a dependência que os mercados locais têm do abastecimento de produtos oriundos de múltiplos territórios, são expressão dessa fragilidade (VALÊNCIO, 2011, p. 14).

Ainda Valêncio (2011) afirma que o desastre ocorre em vários planos, dentre eles pode-se citar o simbólico e o concreto. No plano simbólico é onde atuam diversas e diferentes interpretações do fenômeno, pois as afetações num desastre repercutem de distintas maneiras nos indivíduos; já no plano concreto, um fenômeno de desastre circunscreve múltiplas e diferentes vivências, envolvendo as dimensões socioambientais, sociopolíticas e econômicas.

De acordo com Lopes (2010), a classificação dos desastres pode ocorrer quanto à intensidade, evolução e origem. Para Brasiliano (2011), ainda nesta classificação de desastres, acrescenta-se a duração destes.

Quanto à intensidade, existem quatro níveis classificatórios, sendo que no primeiro nível estão os desastres de pequeno porte, quando são facilmente suportáveis e superáveis; em segundo nível, encontram-se os desastres de médio porte, quando os prejuízos podem ser recuperados com recursos da própria comunidade; no terceiro nível estão os desastres de grande porte, onde a comunidade necessita de auxílios externos para reparar os prejuízos, sendo neste nível que, segundo Brasiliano (2011), o município declara Situação de Emergência (SE); e no último e quarto nível, estão os desastres de muito grande porte, quando não são superáveis e suportáveis pela comunidade, a menos que recebam ajuda

exterior da área afetada (LOPES, 2010). Neste nível há a decretação de Estado de Calamidade Pública (ECP) (KOBİYAMA, 2006). A título de conhecimento, cabe ressaltar que “quando o município necessita de apoio do governo estadual ou federal, o município tem que preencher o formulário de Avaliação de Danos (AVADAN)” (KOBİYAMA, 2006, p. 9). Assim, Castro, citado por Tominaga (2009, p. 14) ressalta que “a intensidade de um desastre depende da interação entre a magnitude do evento adverso e o grau de vulnerabilidade do sistema receptor afetado”.

Ainda com relação à classificação dos desastres, Lopes (2010) categoriza-os quanto à evolução, podendo ser súbitos (ou de evolução aguda), graduais (ou de evolução lenta) e por somação de efeitos parciais. Os desastres súbitos são caracterizados pela rápida evolução e violência dos fenômenos que o causam. No Brasil, não há desastres graves e súbitos de evolução aguda, como por exemplo, os terremotos, furacões, erupções vulcânicas, tsunamis, dentre outros; porém o país todo sofre com inúmeros outros tipos de desastres súbitos, como: os vendavais, enchentes, chuvas de granizo, enxurradas e até tornados, ocorrendo com características e periodicidade diferentes em cada região (BRASIL, MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2007b). Herrmann, citado por Carvalho (2009, p. 2), assegura que o “Estado de Santa Catarina, dentre os estados do Brasil, historicamente é o que mais tem registros de desastres, sendo as inundações as responsáveis pelo maior número de desabrigados e mortos nas últimas três décadas”.

Continuando sobre os desastres classificados por sua evolução, têm-se os desastres graduais, sendo os que evoluem em etapas de agravamento progressivo, como a estiagem, erosão do solo, desertificação e inundações graduais (BRASILIANO, 2011). Já os desastres por somação se caracterizam “pela ocorrência de numerosos acidentes semelhantes, cujos impactos, quando somados, definem um desastre de grande proporção” (KOBİYAMA, 2006, p. 10). Um exemplo a ser citado são os acidentes de trânsito, a somatória de inúmeras ocorrências parecidas pode representar um total de prejuízos que, por fim, ultrapassa os causados pelos desastres mais visíveis, como enchentes e vendavais (LOPES, 2010).

Quanto à origem dos eventos, Brasiliano (2011) e Kobiyama (2006) citam que estes podem ser classificados em naturais, humanos e mistos. Por conseguinte,

Lopes (2010) complementa que a classificação dos desastres humanos pode ocorrer subdividindo-se em tecnológicos, sociais e biológicos. Tominaga (2009), afirma que os eventos naturais são causados por fenômenos e desequilíbrios da natureza, produzidos por fatores de origem externa, que atuam independentemente da ação humana, como por exemplo, os terremotos, furacões e erupções vulcânicas. Lopes (2010) explica que os eventos humanos são resultantes das ações ou omissões humanas, podendo ser reunidos em três distintas categorias, variando conforme o tipo de atividade humana envolvida, sendo: a) *tecnológicos* - relacionados aos meios de transporte, produtos perigosos e explosões, entre outros; b) *sociais* - resultantes do desequilíbrio nos inter-relacionamentos econômicos, políticos e sociais, como o desemprego, a marginalização social, a violência e o tráfico de drogas, entre outros; c) *biológicos* – consequência do efeito da pobreza, subdesenvolvimento e diminuição da eficácia dos serviços de saúde pública. Já os eventos mistos, segundo Castro, citado por Kobiyama (2006), são qualificados quando existem ações ou falhas humanas que contribuem para intensificar, complicar e/ou agravar os desastres naturais.

Brasiliano (2011) certifica que os desastres também se classificam pela sua duração, sendo eles episódicos ou crônicos. Os denominados episódicos chamam mais atenção por causa de sua dimensão e impactos em curtos espaços de tempo, como por exemplo, os terremotos, erupções vulcânicas, furacões, tsunamis, inundações e escoamentos de detritos (SILVA, 2004). Já os desastres crônicos acarretam sérios prejuízos no ambiente, principalmente em longo prazo, podendo resultar em mais eventos catastróficos, como escorregamentos e inundações (BRASILIANO, 2011).

Com relação às vítimas, estas podem ser classificadas em seis níveis, que são descritas a seguir por Taylor, citado por Bruck (2009, p. 15)

Vítimas de primeiro grau são as que sofrem o primeiro impacto direto das emergências ou desastres com perdas materiais e danos físicos; vítimas de segundo grau são os familiares e amigos das anteriores; vítimas de terceiro grau são as chamadas vítimas ocultas, constituídas pelos integrantes das equipes de primeiros auxílios, como o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), bombeiros, médicos, psicólogos, policiais, pessoas da defesa civil, voluntários e outros; vítimas de quarto grau é a comunidade afetada em seu conjunto; vítimas de quinto grau são as pessoas que ficam sabendo através dos meios de comunicação; vítimas de sexto grau são

aquelas pessoas que não se encontravam no lugar do acontecimento por diferentes motivos.

3 DEFESA CIVIL

Defesa Civil é o “conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social” (BRASIL, 2007a, p. 9).

A Política Nacional de Defesa Civil (PNDC), aprovada por meio da Resolução nº 2, de 12 de dezembro de 1994, do Conselho Nacional de Defesa Civil (CONDEC), concebendo o conjunto de objetivos que corroboram determinado programa de ação governamental e condicionam a sua execução. Sua finalidade é a de garantir o direito natural à vida, à saúde, à isenção de perigo, à segurança e à propriedade em circunstâncias de desastres (LOPES, 2010).

Segundo o Ministério da Integração Nacional (2010), inicialmente, a organização da Defesa Civil esteve relacionada, direta ou indiretamente, aos confrontos armados, principalmente nas 1ª e 2ª Guerras Mundiais. Posteriormente, o acontecimento dos desastres de grandes impactos, que obtiveram significativas perdas humanas, “tornou imprescindível a estruturação e o fortalecimento das instituições governamentais no atendimento às situações de anormalidade” (BRASIL, 2010, p. 35).

No Brasil e em muitos outros países, historicamente, a atuação da Defesa Civil esteve ligada às ações de socorro e assistência aos afetados por desastres, apresentando, assim, um caráter notadamente assistencialista, garantindo-se aos afetados as condições para que se alcançassem os seus direitos, a começar pelo direito ao amparo, essencial nessas circunstâncias. Aos poucos, vem sendo reconhecida a importância e a necessidade de ações preventivas e de longo prazo (Ministério da Integração Nacional, 2010, p. 35).

No que se refere à hierarquia dos órgãos que integram a Defesa Civil, há um órgão superior, composto por representantes de todos os Ministérios, representantes dos Estados, chamado Conselho Nacional de Defesa Civil (CONDEC). Em seguida, existe a Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC), que é um órgão central responsável pela articulação e coordenação de todo o sistema. Abaixo destes, cita-

se os órgãos estaduais de Defesa Civil e ainda, sendo como base de todo o sistema, os órgãos municipais, as coordenadorias municipais e os núcleos comunitários de Defesa Civil (PIMENTEL, 2006).

No país, o tema desastres está institucionalmente ligado ao Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC), onde relacionado à composição deste, estão os órgãos setoriais, “que é toda a Administração Pública: bombeiros, polícia militar, exército, marinha, aeronáutica, Conselho Federal de Psicologia (CFP) e os órgãos de apoio ao Sistema” (PIMENTEL, 2006, p. 26-27). O SINDEC é uma estrutura moldada sob uma racionalidade militarizada que resiste a assimilar, em suas políticas e nas práticas de seus agentes, o debate em torno da ampla proteção aos direitos humanos dos grupos afetados e vulneráveis. Sendo assim, os principais instrumentos que a Defesa Civil utiliza são: o SINDEC, os recursos financeiros e o planejamento global (CASTRO, 2004).

Segundo Ministério da Integração Nacional (2007b), dentre os objetivos da Defesa Civil, pondera-se reduzir os desastres, diminuindo a intensidade e a assiduidade destes, as quais são quantificadas em função dos danos e prejuízos provocados. “Elegeu-se, internacionalmente, a ação “reduzir”, porque a ação “eliminar” definiria um objetivo inatingível” (BRASIL, 2007b, p. 19). Neste sentido, as atuações de redução de desastres abrangem: a) Minimização de Desastres (prevenção e programas de preparação); b) Resposta aos Desastres (socorro, assistência às populações e reabilitação do cenário); c) Reconstrução (restituir em sua plenitude os serviços públicos, a economia da área, o bem-estar da população e o moral social) (BRASIL, 2007b).

Quando se trata de assuntos concernentes a emergências e desastres, é imprescindível advertir que o comprometimento parte do governo, da Defesa Civil, bombeiros, polícia e autoridades, mas também é importante que haja envolvimento e responsabilidade da comunidade, pois esta muitas vezes se vitimiza perante as situações. Guimarães (2008) explicita isto ao articular que os indivíduos devem deixar a vitimização, transformando-se em colaboradores, para que auxiliem no processo de reabilitação e reconstrução do ambiente afetado. Segundo Nascimento (2006), é pertinente ao governo oferecer à população o devido preparo, conscientizando e alertando as possíveis eventualidades, buscando refletir em prol da diminuição do número de vítimas.

4 INSERÇÃO DA PSICOLOGIA NAS EMERGÊNCIAS E DESASTRES

O primeiro estudo sobre a inserção do psicólogo na área de desastres ocorreu no ano de 1909, com o psiquiatra Edward Stierlin, que procurava entender as ações relacionadas às emoções dos indivíduos envolvidos em desastres (Coelho, 2006). Em 1944, Lindemann foi pioneiro em um estudo sobre a “intervenção psicológica no pós-desastre, através da avaliação sistemática das respostas psicológicas dos sobreviventes e de seus familiares no incêndio do Clube Noturno Coconut Grove, em Boston, EUA” (CARVALHO, 2009, p. 3).

Carvalho (2009) pontua que em Lima, capital do Peru, no ano de 2002, aconteceu o I Congresso de Psicologia das Emergências e dos Desastres. É neste evento que foi criada uma entidade denominada Federação Latino-Americana de Psicologia das Emergências e dos Desastres - FLAPED, “cujo objetivo foi reunir psicólogos em sociedades nacionais no Peru e fazer com que os psicólogos que retornassem aos seus países também fossem despertados pela mesma intenção” (CARVALHO, 2009, p. 4).

Chemello (2010) afirma que no Brasil, em 1987, teve o primeiro registro do procedimento histórico de inclusão da Psicologia no estudo, análise e intervenção nas emergências e desastres, com o acidente do césio-137. Em Goiânia, no dia 13 de setembro de 1987, este desastre resultou no maior acidente radioativo do país. Pereira (2005) afirma que de 1972 a 1984, funcionou o Instituto Goiano de Radioterapia (IGR), que ao migrar de endereço, abandonou no interior das instalações antigas, o equipamento de teleterapia. Fazendo parte deste equipamento havia uma cápsula de chumbo, que dois catadores de papel e sucata retiraram do local, com a intenção de vender ao ferro velho, pois consideravam que esta teria grande valia. Ao vender para o dono do ferro velho, dois funcionários abriram a cápsula e observaram que dentro continha uma espécie de “pó luminoso”. Encantados com o brilho distribuíram para várias famílias, achando que fosse algo valioso. Sabe-se que até os dias atuais, pessoas sofrem com as consequências desta catástrofe (PEREIRA, 2005).

Barbosa (2009) cita que a intervenção do psicólogo sucedeu a partir da terceira semana pós-acidente, sendo que sua atuação estava pautada em “reduzir a ansiedade através da reflexão, por meio de técnicas que dessem vazão aos

sentimentos, minimizando o medo da morte e a crise frente à situação de isolamento” (BARBOSA, 2009, p. 53).

Prosseguindo com a inserção da Psicologia nas emergências e desastres, tem-se o registro de que no ano de 2006, realizou-se em Brasília, o I Seminário Nacional de Psicologia das Emergências e dos Desastres, em uma parceria entre a SEDEC e o CFP. Neste mesmo momento acontecia a 1ª reunião internacional por uma formação especializada em Psicologia das emergências e desastres, que procurava sintetizar elementos curriculares, os quais deveriam compor a formação dos futuros profissionais que cooperariam com a Defesa Civil (CARVALHO, 2009).

Carvalho (2009) ainda assegura que em fevereiro de 2008, o Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina (CRP-12) assinou o termo de cooperação com a Secretaria Executiva de Justiça e Cidadania do Estado, onde seriam desenvolvidas ações, juntamente com a Defesa Civil estadual, para atuação frente às emergências e aos desastres. Segundo a Defesa Civil, citado por Freitas (2010), foi neste ano, que em Santa Catarina, ocorreu uma enchente no Vale do Itajaí, mais precisamente em novembro de 2008, no qual atingiu 97.680 pessoas em 63 municípios, sendo que oito ficaram isolados. Mais de 1.500.000 pessoas foram afetadas e tal situação levou o Estado a decretar Estado de Calamidade Pública (ECP). No ano seguinte, a partir de janeiro de 2009, “os profissionais da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) realizaram capacitações para os indivíduos envolvidos no atendimento aos afetados pelas inundações do ano anterior em Santa Catarina” (Carvalho, 2009, p. 5).

De acordo com o Ministério da Integração Nacional (2007a, p. 13), “as ações de redução de desastres se dão com a diminuição da ocorrência e intensidade dos mesmos”, estando interligada com a prevenção, preparação, resposta e reconstrução. A prevenção é a primeira fase para a redução dos riscos, que visa fazer uma avaliação para evitar que este aconteça (BRASIL, 2007a). Para Lopes, citado por Carvalho (2009), é na prevenção que irá se elaborar um planejamento de riscos para psicólogos atuarem na defesa, capacitando equipes, realizando treinamentos para profissionais que atuam no SUS, bem como executar programas nas escolas e comunidades.

Conforme o Ministério da Integração Nacional (2007a) e Lopes (2010), a preparação ajudará na potencialização da capacidade de resposta das comunidades vulneráveis, visando organizar simulados e a ocupação do espaço da mídia,

dirigindo reuniões de organização do plano de chamada. Já a resposta é caracterizada pelo socorro, assistência às populações vitimadas e reabilitação do panorama causado pelo desastre (BRASIL, 2007a). Complementando isto, Lopes (2010) considera plausível analisar os cenários, acolher e identificar demandas, assim como incentivar a conservação dos vínculos familiares. Deve-se também promover oficinas e recreação nos abrigos, além de desempenhar atenção às equipes de socorro. Por fim, a reconstrução é a última fase, caracterizada pelo conjunto de ações destinadas para reconstruir a comunidade, monitorando as reações emocionais, de modo a propiciar novamente uma condição de normalidade (LOPES, 2010).

Assim, diante das adversidades encontradas, as fases de resposta se desenvolvem em três etapas, sendo: pré-impacto, impacto e pós-impacto. Levando isto em consideração, Molina, citado por Carvalho (2009), traz as ações utilizadas pela Sociedade Chilena de Psicologia das Emergências e dos Desastres (SOCHPED), com atuações voltadas para os membros da sociedade, dividindo os eventos nas três etapas mencionadas acima.

Torga (2008) certifica que a fase de pré-impacto corresponde ao tempo que medeia à ameaça da ocorrência e o desencadeamento de um desastre. A duração desta fase varia de acordo com alguns fatores, dentre eles pela eficiência dos sistemas de previsão de desastres, por meio de satélites, sinais de rádio e radares, entre outros. Confirmando isto, Castro (2004, p. 35) pondera que a “previsão antecipada dos desastres, ao ampliar a fase de pré-impacto, contribui para minimizar os danos e os prejuízos, na medida em que permite uma completa evacuação das áreas de riscos intensificados”.

O impacto é caracterizado pelo intervalo de tempo em que o evento adverso atua propriamente dito, manifestando sua plenitude. É um momento caótico, de desordem, podendo durar segundos ou minutos. “Os afetados têm a sensação de um ‘vácuo no tempo’, ou seja, é observado um longo silêncio seguido de ruídos e de muita confusão” (TORGA, 2008, n. p.).

Ainda Torga (2008) postula que a fase de pós-impacto corresponde à situação imediata a fase anterior (impacto), quando os efeitos físicos, químicos e biológicos dos eventos desfavoráveis iniciam o processo de atenuação. É neste momento que prevalecem as atividades assistenciais e de reabilitação no cenário dos desastres.

Baseado nisto, Kreps, apud Coêlho (2011, p. 37), concordam que “o comportamento humano e os processos sociais afetam e são afetados por todos os estágios dos desastres, desde o período pré-desastre ao impacto e aos estágios da recuperação”.

5 ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO

O trabalho da Psicologia tem se tornado cada vez mais essencial no âmbito das emergências e desastres, considerando que este tema está constantemente presente no cotidiano. Com relação a esta temática, ressalta-se um adendo: dentro da Psicologia existe uma sub-área denominada Psicologia ambiental, que conforme a comissão de Psicologia ambiental do CRP-08, possui diretrizes e campos de atuação voltados para a Psicologia do desastre; porém esta sub-área ainda não constitui uma especialidade reconhecida academicamente, estando lentamente em desenvolvimento (CRP-08, 2009). A Psicologia ambiental surgiu em “decorrência de crescente preocupação das ciências naturais pelos ‘problemas ambientais’ e pelo papel desempenhado pelo ser humano neste contexto” (PINHEIRO, 1997, p. 8).

Para atuação nesta área, o psicólogo deve ter formação específica para lidar com aspectos preventivos, curativos e pós-traumáticos do comportamento humano, que está envolvido direta e/ou indiretamente com as situações de emergência. Cabe então, ao psicólogo ambiental, contextualizar sentimentos individuais e coletivos, levando em consideração o sentido de reconstrução da identidade, ressaltando a importância dos envolvidos - vítimas, familiares, comunidades e profissionais, de terem uma assistência psicológica para manter a homeostase (CRP-08, 2009).

“A inter-relação pessoa-ambiente, numa perspectiva de mútua influência, é o foco de estudo da Psicologia ambiental. Entende-se que tanto as pessoas modificam os ambientes como os ambientes interferem no comportamento das pessoas” (ALVES, s/d, p. 1).

Em Santa Catarina, este cenário de emergências e desastres é um foco de atuação permanente, avaliado a nível nacional, devido seu histórico de grandes enchentes no decorrer de sua história. É com suas intervenções individuais e coletivas que a Psicologia deve se inserir, contribuindo com seu trabalho junto às políticas públicas, para assim lidar de forma eficaz com as situações (SILVEIRA, 2011).

Segundo Código de Ética Profissional do Psicólogo (2005), de acordo com Art. 1º, referente às responsabilidades deste, é dever fundamental, conforme item d) prestar serviços profissionais em situações de calamidade pública ou de emergência, sem visar benefício pessoal.

Primeiramente, é imprescindível que o profissional revise seus próprios conceitos, para que possa dar conta deste desafio diante das situações-limite, pois o fator que mais bloqueia a solução dos conflitos é a negação e recusa para encarar os problemas (BRUCK, 2009).

Segundo Coêlho (2010), diante das ações que podem colaborar para a redução dos desastres, algumas intervenções podem ser adotadas, atravessando diversas áreas da Psicologia. Na prevenção, o psicólogo pode cooperar com as Unidades Básicas de Saúde (UBS), nos Centros de Referência e Assistência Social (CRAS), realizando atividades nas escolas e com as comunidades, com o intuito de avaliar se os indivíduos têm a consciência de que moram em áreas de risco, bem como estabelecer vínculo com a população, pois caso haja um evento adverso, haverá muito mais propriedade em se trabalhar com os indivíduos.

Ao mesmo tempo em que se discute isso, também se tem a oportunidade de discutir as questões relacionadas ao lixo, questões ambientais vivenciadas por aquela comunidade porque geralmente a gente só discute a questão do risco depois do evento. A partir do momento que começa um trabalho de educação e sensibilização, isso pode ter um efeito de prevenção a médio e a longo prazo (COÊLHO, 2010, p. 1).

Reforçando isto, Ripley, citado por Valêncio (2010b, p. 90), informa que “a desinformação e o despreparo para agir até a chegada das equipes de socorro são os piores inimigos das pessoas numa situação de desastre”.

Coêlho (2010), em uma entrevista publicada pelo CRP-08, afirma que quando se é articulado com a comunidade o fato de averiguar a consciência sobre sua situação de risco, é pelo motivo de que nem todos têm o mesmo entendimento sobre percepção de risco. Por tantas vezes, depara-se com questionamentos referentes à situação de moradia, porém é imprescindível compreender que aquela é a sua única opção.

Alguns chegam para conversar comigo e dizem que moram em determinado lugar porque seus recursos não são suficientes para morar em um local mais seguro. Então, quando você vai trabalhar percepção de risco, você também vai discutir outras questões que estão atreladas a vivência daquela comunidade. Uns dizem que a preocupação maior é com os filhos, com a educação deles. Então, a vida e a exigência do dia a dia deles não permitem que eles tenham uma visão a longo e médio prazo. Se você não entender como eles percebem a vida e o dia a dia, fica difícil discutir prevenção (COELHO, 2010, p. 2).

Desta forma, demonstra-se a importância de se considerar uma política pública, onde o psicólogo possa fazer parte das equipes que atuam desde o início, para que essa demanda seja sempre discutida antes e não apenas posteriormente ao desastre (COELHO, 2010).

A Psicologia deve se colocar a serviço, conforme Silveira (2011, p. 74),

[...] de promover ações que otimizem o tempo, criando uma rede de informações, facilitando a transmissão de dados importantes sobre a realidade da comunidade afetada aos apoiadores, dando referências e possibilitando a reorganização social e psíquica de cada um e do coletivo (rede de suporte social).

Para Bruck (2009, p. 4) “todo trabalho com urgências e emergências exige uma grande quantidade de teorias e habilidades. É um saber com infinitas implicações [...] localizado nos limites entre a vida e a morte”. De acordo com Massing (2009), atuação do psicólogo neste contexto, dependerá da forma de como cada profissional desempenhará suas atividades, levando em conta a demanda e espaço físico para desenvolvimento destas. As formas de ajudar as vítimas são diversas, o psicólogo deve analisar cada situação para escolher o melhor meio de agir (CRP-08, 2009, p. 17). Vale ressaltar que no atendimento deve-se utilizar “uma abordagem focal, embora problemas concomitantes sejam reconhecidos como importantes na dinâmica da situação-problema” (FRANCO, 2005, p. 179).

Diante das situações adversas e traumáticas, é atribuído ao psicólogo considerar algumas questões, que a seguir são elencadas por Bruck (2009, p. 28)

As pessoas são diferentes e respondem de formas diferentes; alguns sentimentos, possivelmente, nunca tinham sido experimentados; o que aconteceu será parte da vida e da memória, mas isso não significa “manter-se colado no drama”; cada um tem o seu tempo para resolver uma crise. Problemas todos os têm, e o que pode diferenciar de uma pessoa para outra é como resolvê-los, negando sua existência ou enfrentando-o; e algumas pessoas podem ter problemas mais graves – como o estresse pós-traumático.

Abaixo, segue tabela com algumas sugestões práticas de auxílio para a intervenção do psicólogo.

Tabela 1 - O que fazer e o que não fazer nos primeiros auxílios psicológicos.

Componentes	O que fazer	O que não fazer
Contato	<ul style="list-style-type: none"> - Escutar de maneira cuidadosa sobre os fatos e sentimento. - Expressar a aceitação 	<ul style="list-style-type: none"> - Contar a tua “própria história” - Ignorar sentimentos e fatos - Julgar, “tomar partido”, impor “deves”
Dimensões do problema	<ul style="list-style-type: none"> - Colocar perguntas abertas - Favorecer para que a pessoa tenha mais clareza 	<ul style="list-style-type: none"> - Permitir abstrações contínuas - Enfatizar as cenas de perigo - Dar a razão do problema - Permitir a visão de passar por um túnel
Possíveis soluções	<ul style="list-style-type: none"> - Favorecer idéias alternativas - Trabalhar de maneira direta – por blocos de entendimento - Estabelecer prioridades 	<ul style="list-style-type: none"> - Deixar obstáculos sem examinar - Permitir “salada” de necessidades
Ações	<ul style="list-style-type: none"> - Dar um passo de cada vez - Estabelecer metas específicas de curto prazo - Confrontar quando seja necessário - Ser diretivo, somente se necessário 	<ul style="list-style-type: none"> - Tentar resolver tudo agora - tomar decisões de longo prazo - Fazer promessas - Retrair-se em tomar decisões quando se fizer necessário
Saída	<ul style="list-style-type: none"> - Fazer uma combinação de outro contato/segundo encontro - Avaliar os passos para ação 	<ul style="list-style-type: none"> - Deixar detalhes no ar ou dizer que ele pode continuar a agir por si mesmo - Deixar avaliação para que outra pessoa faça...

Fonte: Bruck (2009, p. 39-40).

É relevante aludir que numa situação de desastre as pessoas acabam perdendo elementos que fazem parte de sua história, como: casa, meio de trabalho, documentos, familiares, pessoas conhecidas, animais, dentre outros. “Essas alterações em suas vidas, vão provocar uma mudança em seus cotidianos, alterando seu modo de estar e ser em sociedade” (MASSING, 2009, p. 3). É neste contexto que a Psicologia adentra, pois sua intervenção sucede em restaurar e aumentar a capacidade adaptativa do indivíduo. Para alcançar isto, deve-se oferecer oportunidade para as vítimas utilizarem a ajuda e apoio da família (ou da comunidade), assim como esclarecer sobre perspectivas futuras e proporcionar um alicerce, com intuito de se organizarem psicologicamente perante o evento (FRANCO, 2005). É importante que as vítimas percebam que não adianta ficarem paralisadas perante as emoções e a tristeza, mas que necessitam buscar e discutir soluções plausíveis, fazendo com que prossigam adiante (BRUCK, 2009). Franco (2005) ainda ressalta que a intervenção psicológica procura reduzir o stress agudo por meio de instigar o indivíduo a restaurar sua dominância cognitiva sobre as reações emocionais e também proporcionar que o indivíduo reconheça racionalmente o evento ocorrido.

O trabalho da Psicologia torna-se essencial, pois da mesma forma que as pessoas têm que reconstruir casas ou outros bens, também tem que reconstruir a vida, tendo que aprender coisas como conviver em grupo e depender do auxílio de terceiros. [...]. Nossa atuação é tão importante quanto a assistência médica e temos que ocupar nosso espaço (CRP-08, 2009, p. 16-17).

Ramírez (2011) traz que pelo fato dos indivíduos precisarem reconstruir suas identidades, o psicólogo tem como objetivo amenizar o sofrimento humano. Com base nisto, Bruck (2009) elucida que os primeiros auxílios psicológicos tem como objetivo avaliar as revelações sintomáticas e o sofrimento, abreviando os sentimentos de enfermidade e anormalidade. Outro objetivo é prevenir e abrandar o impacto pós-traumático, conforme a gravidade, readaptando as pessoas às novas condições.

Lopes, citado por Simões (2010, n. p.) afirma que num determinado momento do desastre, durante sua experiência, “não cabia nenhuma técnica específica, e sim o acolhimento, a aceitação e o estar com essa pessoa, quer dizer, é preciso estar próximo ao outro, com a dor do outro”. Sendo assim, quanto ao destino de sua atuação, também cabe ressaltar que o atendimento do psicólogo não se dirige somente às vítimas de primeiro nível, conforme citado anteriormente.

A postura atual recomenda que a resposta ao desastre, com cuidados em situações traumáticas, se destine a sobreviventes machucados ou não machucados; parentes e amigos enlutados e traumatizados; equipe de assistência emergencial; membros da equipe de resgate e outros serviços de apoio; membros da mídia que cobriram o fato; e vítimas secundárias (FRANCO, 2005, p. 178).

Em grandes catástrofes, quando ocorrem óbitos, o psicólogo ou profissional da saúde capacitado adequadamente, realizará um acompanhamento junto com os familiares, para que assim haja o reconhecimento de cadáveres. Dentre os objetivos deste acompanhamento é cabível relatar o suporte emocional aos familiares e oferecer auxílio básico ao início do processo de luto (RAMÍREZ, 2011).

É um processo de luto determinado por fatores tanto internos (estrutura psíquica do enlutado; tipo de vínculo com a pessoa falecida; histórico de perdas anteriores) como externos (circunstâncias da perda; crenças culturais e religiosas; apoio recebido) (FRANCO, 2005, p. 179).

Quando os familiares não têm informações sobre a localização dos corpos ou não os reconhecem, devido à amplitude do desastre, os indivíduos “se submeterão a um luto prolongado e deverão receber apoio psicológico permanente, até conseguirem aceitar a perda do familiar” (RAMÍREZ, 2011, p. 66).

Viver uma situação-limite pode fragilizar ou, também, pode ser um momento para fortalecer e fazer com que a pessoa veja a vida com outro olhos, com outro corpo, muitas vezes, o que propicia a aquisição de valores, até então, desconhecidos no projeto de vida e, portanto, na construção diária da subjetividade (BRUCK, 2009, p. 4).

Diante da necessidade do auxílio psicológico, o profissional deve estimular a pessoa a “restabelecer a capacidade de enfrentamento imediato, controlar os sentimentos, enfrentar a crise, iniciar a solução de problemas e continuar, dando sentido à continuidade de sua vida” (BRUCK, 2009, p. 29)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação do psicólogo nas emergências e desastres tem ganhado força, embora muito falta para se alcançar resultados satisfatórios. Segundo o CRP-08 (2009, p. 17), atualmente tem-se “percebido que poucos profissionais de Psicologia têm preparo técnico para atender essa população (...)” que está envolvida nos desastres, deixando o Brasil muito atrás de países pioneiros, como Chile.

Com a pesquisa realizada, pode-se perceber que a Psicologia das emergências e dos desastres, ainda está caminhando de maneira “lenta”, tendo como referência os constantes eventos adversos. Segundo o CRP-08 (2009, p. 19) “a Psicologia brasileira ainda está engatinhando em um tema tão importante, pois eles consideram a violência como a grande catástrofe nacional”. Isso porque a violência está mais evidente em nosso cotidiano considerando o fato das emergências, principalmente as naturais, serem de menores proporções no Brasil, onde afetam com mais frequência apenas alguns Estados do nosso país.

Considerando a relevância deste tema e o motivo pelo qual fomos instigadas a realizar a pesquisa, observa-se que as mudanças climáticas e o aquecimento global que estão relacionados às atividades humanas têm repercutido e preocupado a nível mundial, não somente no que diz respeito à reconstrução do ambiente afetado, mas principalmente a reconstrução da identidade dos envolvidos. É neste sentido que a Psicologia se faz presente e vem se dedicando a estudos relacionados a emergências e desastres.

Nesta área de atuação, o psicólogo ainda não está inserido obrigatoriamente na equipe da Defesa Civil, indo contra nossos primeiros objetivos a serem investigados. A sua inserção nesta equipe seria de extrema importância para que houvesse uma eficácia maior na prestação de serviços à comunidade, contribuindo tanto para atuação com as vítimas quanto para a equipe em si.

Percebeu-se a necessidade da inclusão e treinamento do profissional da Psicologia no seu trabalho junto à Defesa Civil, tanto ao atendimento das vítimas

como para a equipe de resgate, mas isso nos remete a um problema que requer investimentos, decisões e consciência das políticas públicas para que este quadro venha a ser aprimorado.

Foi constatado, baseando-se nos estudos de Coêlho (2010), que muitas pessoas se encontram em situações de vulnerabilidade social, econômica, cultural e ambiental, agravando a situação em caso de desastres, mas que é imprescindível levar em conta que este talvez seja o único lugar que pode ter como moradia. Neste contexto, enquanto outros profissionais realizam o mapeamento de risco, averiguou-se que cabe ao psicólogo colaborar com estes, e também atuar com os indivíduos envolvidos nesta situação de risco, provocando a conscientizando da população. É cabível também que este atue com a comunidade e com as autoridades, transpondo esta visão.

Tanto no plano simbólico quanto no plano concreto [...] as afetações num desastre não são as mesmas para um comerciante, com a dor que passou com a perda de suas mercadorias; para uma dona de casa, na destruição de sua moradia; para uma criança, na perda de seus brinquedos e de amiguinhos falecidos no evento; para um idoso, na perda de seus objetos de valor sentimental que exprimem uma trajetória de vida; para um agricultor, com a devastação da lavoura; para a diretora de uma escola que desabou; para os funcionários de um hospital alagado (VALÊNCIO, 2011, p. 22).

De maneira geral, há um compromisso social dos psicólogos sobre os indivíduos que estão sendo acolhidos, que ocorrem por meio do olhar crítico, ético e político. Sendo assim, os psicólogos atuam visando a garantia dos direitos humanos, independente da área e local.

Percebemos que dentre tantas outras técnicas disponíveis para a realização do atendimento as vítimas, a principal ação exercida é o acolhimento, deixando muitas vezes técnicas específicas de lado, permitindo-se estar próximo e em contato com a dor do outro.

Constatamos que o desempenho do psicólogo nas etapas de pré, durante e pós desastre é fundamental, atuando com as vítimas de qualquer um dos níveis mencionados durante o artigo. Assim, concluímos que deve haver uma promoção nesta área da Psicologia que só tem a evoluir, instigando e despertando nos profissionais uma preocupação com o indivíduo nesta situação de risco e

vulnerabilidade. Acredita-se que uma das formas disto ocorrer é pela inclusão da área nas grades curriculares, mais pesquisas científicas e capacitação de profissionais nos Estados onde ocorrem desastres com mais frequência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Cherubina L. **A psicologia ambiental como área de investigação da inter-relação pessoa-ambiente.** Disponível em: <<http://www.facef.br/novo/publicacoes/IIforum/Textos%20EP/Marlise%20e%20Maria%20Cherubina.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2011.

BARBOSA, Tania M. **A resposta a acidentes tecnológicos: o caso do acidente radioativo de Goiânia.** Disponível em: <<http://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/13311/1/2-%20A%20RESPOSTA%20A%20ACIDENTES%20TECNOL%3%93GICOS%20O%20CASO%20DO%20ACIDENTE%20RA.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2011.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Aspectos jurídicos das atividades de defesa civil.** Brasília: Secretaria Nacional da Defesa Civil, 2007a.

_____. _____. **Conferência Geral sobre Desastres.** Brasília: Secretaria Nacional da Defesa Civil, 2007b.

_____. _____. **Defesa Civil no Brasil. 1ª Conferência Nacional de Defesa Civil e Assistência Humanitária.** Brasília: Secretaria Nacional de Defesa Civil, 2010.

_____. _____. **Retrospectiva Histórica da Evolução da Defesa Civil no Brasil.** Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2008.

BRASILIANO, A. C. R. Um Modelo de Análise de Risco para Desastres - RJ. Sicurezza, São Paulo, jan. 2011. Seção Ponto de vista. Disponível em: <http://www.brasiliano.com.br/revistas/edicao_62.pdf?PHPSESSID=70eda81b51944891dc671955bad21477>. Acesso em: 18 set. 2011.

BRUCK, Ney Roberto V. **A Psicologia das Emergências: Um estudo sobre angústia pública e o dramático cotidiano do trauma.** Porto Alegre, 2007. 195 f. Tese (Doutorado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2007.

_____. Curso Psicologia das Emergências. São Paulo: Fábrica de Cursos, 2009, 61p.

CARVALHO, Aline. **A trajetória histórica e as possíveis práticas de intervenção do psicólogo frente às emergências e os desastres.** Disponível em: <http://www.defesacivil.uff.br/defencil_5/Artigo_Anais_Eletronicos_Defencil_29.pdf>. Acesso em: 08 set. 2011.

CASTRO, Antônio L. C. de. **Manual de Planejamento em Defesa Civil** (vol. II). Ministério da Integração Nacional. Brasília: Secretaria de Defesa Civil, 2004, 86p.

CHEMELLO, Emiliano. **Césio 137: a tragédia radioativa do Brasil.** Disponível em: <<http://www.quimica.net/emiliano/artigos/2010agosto-cesio137.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2011.

COÊLHO, Angela E. L. **A psicologia em situações de emergências e desastres.** Jornal CRP 13 – Psicologia e Direitos Humanos. Rio de Janeiro, jul/ago 2010. Disponível em: <<http://www.crprj.org.br/publicacoes/jornal/jornal29-angela-coelho.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2011.

_____. A Disciplina da Psicologia. In: I Seminário Nacional de Psicologia das Emergências e dos Desastres, 2006, Brasília. **A Disciplina da Psicologia.** Brasília: CFP, 2006. p. 59-63.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo.** Brasília: 2005.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO PARANÁ. Reconstruindo a vida após um desastre: A atuação do Psicólogo em situações de emergências. **Contato**, Curitiba, n. 62, p. 16-19, mar/abr. 2009.

FRANCO, Maria Helena P. **Atendimento Psicológico para emergências em aviação: a teoria revista na prática.** Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/261/26110203.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2011.

FREITAS, Rosana; CAMPOS, Cristiane. **Questões socioambientais e gênero: a participação da mulher em situação de desastre.** Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278286306_ARQUIVO_Artig>

oQUESTOESSOCIOAMBIENTAISEGENERO04_06_2010FAZENDOGENERO_9.pdf>. Acesso em: 14 set. 2011.

GONÇALVES, J. C. Impactos e medidas econômicas relacionados a desastres. Campinas, abr. 2010. Artigos. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=55&id=695>>. Acesso em: 02 set. 2010.

GUIMARÃES, A. **Psicologia das emergências e desastres**. Palestra conferida na UNISUL - ABEP, 12 set. 2008.

KOBYIAMA, Masato *et al.* Conceitos Básicos. *In:_____*. **Prevenção de Desastres Naturais: Conceitos básicos**. Curitiba: Organic Trading, 2006, p. 7-28.

LOPES, Daniela; COSTA, Dilene; SOARES, E. *et al.* **Gestão de Riscos e de Desastres: Contribuições da Psicologia**. Florianópolis: Cabeça ao Vento, 2010, 156 p.

MARCHEZINI, Victor. Lógicas de poder, discursos e práticas do Estado e dos afetados no contexto “pós-desastre”. *In: XXVIII Congresso Internacional da Alas, 2011, Recife. Lógicas de poder, discursos e práticas do Estado e dos afetados no contexto “pós-desastre”*. Recife: 2011, p. 1-24

MASSING, Carla R.; GAIO, Janete M. **Psicologia das emergências e dos desastres: Intervenções em Guaraciaba - SC**. Disponível em: <http://www.defesacivil.uff.br/defencil_5/Artigo_Anais_Eletronicos_Defencil_15.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2011.

NASCIMENTO, Pedro B. Mesa de abertura. *In: I Seminário Nacional de Psicologia das Emergências e dos Desastres, 2006, Brasília. Mesa de abertura*. Brasília: CFP, 2006. p. 13-15.

OLIVEIRA, M. V. **Psicologia das emergências e desastres**. Palestra conferida na UNISUL - ABEP, 12 set. 2008.

PEREIRA, Elaine C. **Risco e Vulnerabilidade socioambiental: o ‘Depósito Definitivo de Rejeitos Radioativos’ na percepção dos moradores de Abadia de Goiás**. Goiânia, 2005, 164 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás.

PIMENTEL, Jorge C. O Sistema Brasileiro de Defesa Civil. *In: I Seminário Nacional de Psicologia das Emergências e dos Desastres*, 1, 2006, Brasília. **O Sistema Brasileiro de Defesa Civil**. Brasília: CFP, 2006. p. 25-29.

PINHEIRO, José Q. **Psicologia Ambiental: A busca de um ambiente normal**. Estudos de Psicologia, Natal, 1997. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/261/26120211.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2011.

RAMÍREZ, Desireé S. Acompanhamento para reconhecimento de vítimas. *In: Conselho Federal de Psicologia. Psicologia de emergências e desastres na América Latina: Promoção de direitos e construção de estratégias de atuação*. Brasília: CFP, 2011, p. 63-71.

SILVEIRA, Maria C. da. O papel do psicólogo como operador em emergências e desastres: contribuições para uma prática cidadã. *In: Conselho Federal de Psicologia. Psicologia de emergências e desastres na América Latina: Promoção de direitos e construção de estratégias de atuação*. Brasília: CFP, 2011, p. 73-85.

SIMÕES, Felipe. **A atuação do psicólogo no campo é tema de três mesas em Seminário**. Disponível em: <<http://www.crprj.org.br/noticias/2010/0824-Atuacao%20psicologo%20no%20campo%20e%20tema%20de%20tres%20mesas%20em%20Seminario.html>>. Acesso em: 24 set. 2011.

TOMINAGA, Lídia Keiko; SANTORO, Jair; AMARAL, Rosangela do. **Desastres naturais: Conhecer para prevenir**. São Paulo: Instituto Geológico, 2009.

TORGA, Eliana M. F. **O impacto provocado por traumas psicológicos em emergências e desastres**. Disponível em: <<http://www.defesacivil.mg.gov.br/conteudo/voluntariado/vol00001jan2007.php>>. Acesso em: 20 set. 2011.

VALÊNCIO, Norma. Desastres, Ordem Social e Planejamento em Defesa Civil: o contexto brasileiro. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, 2010a. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v19n4/03.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2011.

_____. Desastres 'naturais' ou genocídio velado? Subsídios para um exame sociológico do caso brasileiro. *In: XXVIII Congresso Internacional da Alas*, 2011, Recife. **Desastres 'naturais' ou genocídio velado? Subsídios para um exame sociológico do caso brasileiro**. Recife: 2011, p. 1-19.

_____. Implicações Éticas e Sociopolíticas das práticas de Defesa Civil diante das chuvas: reflexões sobre grupos vulneráveis e cidadania participativa. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, n. 1, p. 96-108, jan./mar. 2006.

_____. (Org.) **Sociologia dos Desastres: Construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. São Carlos: Rima Editora, 2010b, 2 v.

VERONA, Humberto C. Apresentação. *In*: Conselho Federal de Psicologia. **Psicologia de emergências e desastres na América Latina: Promoção de direitos e construção de estratégias de atuação**. Brasília: CFP, 2011, p. 5-7.